

DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2025.e105100>

A VIOLÊNCIA NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS: PERCEÇÃO DOS RESIDENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**VIOLENCE IN UNIVERSITY RESIDENCES: PERCEPTION OF RESIDENTS OF
THE FEDERAL UNIVERSITY OF CAMPINA GRANDE**

Maria Eduarda Lins da Silva, Graduanda

<https://orcid.org/0000-0002-4934-6307>

mariaeduardalinsilva@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande | Unidade Acadêmica de Direito
Sousa | Paraíba | Brasil

Thales Fabrício da Costa e Silva, Doutor

<https://orcid.org/0000-0003-1828-3259>

thales.fabricio@tecnico.ufcg.edu.br

Universidade Federal de Campina Grande | Unidade Acadêmica de Direito
Sousa | Paraíba | Brasil

Recebido em 29/janeiro/2025

Aprovado em 26/junho/2025

Publicado em 25/setembro/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a percepção dos estudantes residentes universitários sobre a violência nas residências universitárias da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A coleta de dados se deu por meio de questionários, aplicados a 67 residentes, e de entrevistas, realizadas com 8 residentes. A abordagem da pesquisa é mista (quantitativa e qualitativa) e a análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa revelaram que existe violência psicológica, institucional, sexual, patrimonial e física no ambiente das residências universitárias da UFCG, sendo a violência psicológica a mais comum. Além disso, a discriminação relacionada ao gênero, orientação sexual, classe social, religião, aparência física e curso de graduação é presente nas relações interpessoais, o que é um preditor para situações de violência. As narrativas dos estudantes ampliam a discussão, permitindo compreender as vivências de violência que, embora pontuais, influenciam a permanência do estudante com qualidade. Ao final, a pesquisa indica que as estratégias mais efetivas para a mitigação da violência se baseiam no diálogo, em ações preventivas, na responsabilização do agressor e na aplicação de medidas de segurança para a vítima. A pesquisa apresenta implicações práticas para a gestão da instituição e reforça a importância de intervenções que promovam uma cultura de paz e respeito às diferenças nas residências universitárias e o desenvolvimento de habilidades sociais entre os residentes universitários.

Palavras-Chave: Violência. Residência Universitária. Cultura de Paz.

ABSTRACT

This article aims to analyze the perception of university students about violence in the university residences of the Federal University of Campina Grande (UFCG). Data collection was carried out through questionnaires, applied to 67 residents, and interviews, conducted with 8 residents. The research approach is mixed (quantitative and qualitative) and the data analysis was performed through descriptive statistics and content analysis. The results of the research revealed that there is psychological, institutional, sexual, patrimonial and physical violence in the environment of the university residences of UFCG, with psychological violence being the most common. In addition, discrimination related to gender, sexual orientation, social class, religion, physical appearance and undergraduate course is present in interpersonal relationships, which is a predictor of situations of violence. The students' narratives broaden the discussion, allowing us to understand the experiences of violence that, although specific, influence the student's permanence with quality. Ultimately, the research indicates that the most effective strategies for mitigating violence are based on dialogue, preventive actions, holding the aggressor accountable, and implementing safety measures for the victim. The research presents practical implications for institutional management and reinforces the importance of interventions that promote a culture of peace and respect for differences in university residences and the development of social skills among university residents.

Keywords: Violence. Residence University. Culture of Peace.

1 INTRODUÇÃO

A violência, fenômeno histórico e multifacetado, está presente em diversos espaços sociais, incluindo as universidades. Ao abordar a violência nas universidades, é importante considerar que esses espaços reproduzem as relações complexas que ocorrem extra muros, e a violência se transforma em uma problemática que interessa toda a comunidade acadêmica. Sendo assim, diversos pesquisadores já envidaram esforços no estudo da violência no contexto universitário (Maito; Panúncio-Pinto; Vieira, 2022; Souza *et al.*, 2021; Souza; Roso; Souza, 2022), ampliando o conhecimento sobre o assunto.

No contexto das residências estudantis das universidades, onde o convívio é fundamental para a permanência dos estudantes, a violência também é um fenômeno presente, porém, poucos são os estudos que abordam a violência em residências universitárias (Jesus, 2019; Rodrigues; Ramos, 2022). Cabe salientar que não foi identificado nenhum estudo que verse especificamente sobre a violência no ambiente das residências universitárias da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o que aponta uma lacuna no conhecimento.

Assim, este estudo tem o objetivo de analisar a percepção dos estudantes residentes universitários sobre a violência nas residências universitárias da UFCG. O estudo visa fomentar a pesquisa interdisciplinar sobre as vivências dos residentes e promover um debate científico que sensibilize a comunidade acadêmica para a importância de mediar a violência e incentivar a cultura de paz.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas últimas décadas, tem havido um aumento significativo das pesquisas sobre a violência nas diversas áreas do conhecimento. A ampla diversidade de códigos éticos em diversos países resulta na falta de uma definição clara e objetiva para o conceito de violência. A percepção do que é considerado um comportamento aceitável ou violento, assim como o que é visto como prejudicial, varia entre as diferentes culturas e está em constante revisão. É importante lembrar, portanto, que existem múltiplas definições de violência e, portanto, este estudo se apoiará nas diversas nuances sobre o fenômeno.

A resolução WHA 49.25 da World Health Assembly (WHA, 1996) declarou a violência como um dos principais problemas de saúde pública do mundo. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu uma tipologia para caracterizar os

diferentes tipos de violência, bem como os vínculos entre eles, classificando-os em violência coletiva (como guerras, terrorismo e crimes de grupos organizados), violência auto infligida (como auto abuso, automutilação e suicídio) e violência interpessoal (ações violentas praticadas entre pessoas) (Krug *et al.*, 2002). Minayo (2006) adiciona à classificação da OMS a violência estrutural, que se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que perpetuam a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero e etnia. Em princípio, essa forma de violência ocorre sem a consciência explícita dos indivíduos, perpetua-se nos processos sócio-históricos, naturaliza-se na cultura e resulta em privilégios e formas de dominação. De acordo com a autora, a maioria dos tipos de violência previamente apresentados tem sua base na violência estrutural.

Como esta pesquisa se delimita à violência interpessoal, resgatou-se alguns conceitos circunscritos a essa classificação. Minayo *et al.* (2018) apontam que violências são formas de alcançar o poder por meio da força, ações constrangedoras, dominação, posse do outro e/ou de seus bens. A violência é vista também como o uso deliberado da força física ou de ameaças que resulta em lesões, danos psicológicos, problemas de desenvolvimento ou morte (Krug *et al.*, 2002). Nesse mesmo sentido, Minayo e Souza (1997) a consideram como qualquer ação intencional dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e/ou espirituais.

Segundo Hayeck (2009), a complexidade da violência se revela na polissemia do seu conceito. Além disso, as diferenças entre as sociedades e as diferenças entre os grupos pertencentes a uma mesma sociedade reforçam o argumento de Porto (2015, p. 27) de que “não existe violência, no singular, mas violências, cujas raízes são múltiplas, e cuja identificação é complexa; portanto, qualquer tentativa explicativa e de conceituação tem que, de forma compulsória, considerar tal multiplicidade”.

Ao considerar o ambiente estudantil, a violência não se manifesta apenas por meio de comportamentos individuais e nem são determinados por estes, pois estão enraizados nas relações sociais e na construção da identidade, que é influenciada por contextos históricos, culturais e sociais, além das experiências pessoais de cada indivíduo (Salles; Silva, 2008).

Martins, Machado e Furlanetto (2016) também destacam que os conflitos estudantis são influenciados por causas internas e externas à instituição, mencionando como motivações as condições socioeconômicas e culturais, a exposição das famílias à violência nas comunidades, a pressão de grupos de referência (como amigos e outros indivíduos influentes

na comunidade), preconceitos étnico-raciais e religiosos, além de práticas de bullying e cyberbullying.

Nas universidades brasileiras, não são frequentes os estudos sobre a violência interpessoal em ambiente universitário. O estudo de Maito, Panúncio-Pinto e Vieira (2022) é um desses estudos e, apesar de ter sido realizado em apenas uma instituição, sinaliza que há diversas formas de violência operando nesse cenário e que a violência universitária está entre as causas de inadaptação e fracasso acadêmico, afetando a saúde mental e permanência estudantis.

3 METODOLOGIA

Tomando como base os critérios de Gil (2017), essa pesquisa se classifica, quanto ao seu objetivo, como exploratória, pois proporcionou maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Adotou-se essa classificação porque há pouco conhecimento sobre a percepção de violência no contexto das residências universitárias e, no caso da UFCG, não há nenhuma pesquisa sobre o tema. Quanto ao tipo de abordagem, a pesquisa se classifica como mista, que inclui abordagem quantitativa e qualitativa (Gil, 2017).

Quanto ao método, classificou-se como estudo de caso (Gil, 2017), delimitando-se ao contexto de uma única instituição. A escolha pelo estudo de caso deu-se pela possibilidade de estudar com maior profundidade a experiência em um único lugar. O público-alvo da pesquisa foi formado pelos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFCG que estavam na condição de residente universitário em qualquer um dos campi que possuem a moradia estudantil.

A UFCG é uma instituição multicampi constituída por 7 campus localizados nas cidades de Cajazeiras, Campina Grande, Cuité, Patos, Pombal, Sousa e Sumé. A Residência Universitária é um programa vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) e está presente em seis campus da instituição. O único campus que não possui o programa é o campus sede, localizado em Campina Grande; neste local, em função da ausência da moradia estudantil, os estudantes são beneficiados por um auxílio moradia. Para esta pesquisa, foram considerados apenas os residentes, portanto, os estudantes beneficiados pelo auxílio moradia não foram contemplados na pesquisa.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado por meio do parecer nº 6.703.031. Foi garantida a confidencialidade dos

participantes na pesquisa e os riscos e os benefícios inerentes à pesquisa e todas as informações sobre a condução dela foram reduzidos a Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o compromisso ético junto aos participantes.

Após a autorização do CEP, a coleta dos dados se deu de duas formas: a) por meio de um questionário estruturado na plataforma *Google Forms* enviado para o e-mail de todos os 352 estudantes residentes da UFCG no mês de abril de 2024. Ao final do período estabelecido, foram validados os questionários de 67 estudantes (com todas as respostas preenchidas), o que corresponde a uma taxa de resposta de 19,04% da população investigada; b) por meio de uma entrevista semiestruturada com 8 residentes que se disponibilizaram no momento do preenchimento do questionário. As entrevistas foram realizadas de forma on-line na plataforma *Google Meet* e tiveram duração média de 30 minutos.

Os dados obtidos no questionário foram analisados por meio de estatística descritiva e os dados das entrevistas foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977). A interpretação dos dados foi feita à luz da fundamentação teórica construída ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra desta pesquisa é formada por 67 residentes universitários, distribuídos nos seis campi investigados: 23,88% (n = 16) de Cajazeiras; 13,43% (n = 9) de Cuité; 11,94% (n = 8) de Pombal; 14,93% (n = 10) de Patos; 19,40% (n = 13) de Sousa; e 16,42% (n = 11) de Sumé. Quanto aos cursos de graduação, houve a participação de estudantes matriculados em 35 cursos de graduação, de um total de 49 cursos de graduação localizados nos seis campi, o que representa que 71,43% dos cursos foram representados nessa pesquisa. Esses dados iniciais revelam que o estudo possui uma significativa representatividade do universo pesquisado.

A Tabela 1 caracteriza a amostra em seus dados sociodemográficos, no que diz respeito aos seguintes traços: sexo e/ou gênero; cor, raça e/ou etnia; idade, orientação sexual; religião e/ou crenças (inclusive a ausência delas); e período letivo em que está matriculado.

Tabela 1 Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa

Sexo e/ou gênero	Feminino = 28,4% (n = 19) Masculino = 70,1% (n = 47) Não binário = 1,5% (n = 1)
Cor, raça e/ou etnia	Amarela = 1,5% (n = 1) Branca = 26,9% (18) Parda = 47,7% (n = 32) Preta = 23,9% (16)
Idade	19 = 4,5% (n = 3) 20 = 7,5% (n = 5) 21 = 16,4% (n = 11) 22 = 25,4% (n = 17) 23 = 14,9% (n = 10) 24 = 6% (n = 4) 25 = 6% (n = 4) 26 = 4,5% (n = 3) 27 = 1,5% (n = 1) 28 = 3% (n = 2) 29 = 6% (n = 4) 31 = 1,5% (n = 1) 33 = 3% (n = 2)
Orientação sexual	Assexual, pansexual e/ou demissexual = 1,5% (n = 1) Bissexual = 16,4% (n = 11) Heterossexual = 59,7% (n = 40) Homossexuais = 19,4% (n = 13)
Religião e/ou crenças (pergunta aberta, com 47 respostas válidas)	Agnóstico = 4,26% (n = 2) Ateu = 2,13% (n = 1) Candomblecista = 4,26% (n = 2) Católica = 48,94% (n = 23) Cristão = 21,28% (n = 10) Ecumênico = 2,13% (n = 1) Evangélico = 10,64% (n = 5) Protestante = 4,26% (n = 2)
Período letivo que está matriculado	1º ano (1 ou 2 períodos) = 11,94% (n = 8) 2º ano (3 ou 4 períodos) = 11,94% (n = 8) 3º ano (5 ou 6 períodos) = 32,83% (n = 22) 4º ano (7 ou 8 períodos) = 23,89% (n = 16) 5º ano (9 ou 10 períodos) = 14,92% (n = 10) 6º ano (11 ou 12 períodos) = 4,48% (n = 3)

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Como é possível notar na Tabela 1, há uma diversidade significativa que caracteriza a população de residentes universitários da UFCG. Quanto à amostra pesquisada, ela é majoritariamente formada por pessoas do gênero masculino (70,1%), que se autodeclaram na cor parda (47,7%) e com a média de idade de 23 anos. É possível notar ainda uma diversidade na orientação sexual e no culto à religiões e crenças. Outra característica da amostra é a presença de estudantes matriculados em todos os anos dos seus cursos, o que contribui para inclusão dos residentes com curta e longa experiência na universidade.

Quanto aos participantes da fase de entrevistas, não será apresentado nenhum dado sociodemográfico, para preservar a identidade dos participantes. Eles serão classificados pela

letra “R” e um número sequencial, por exemplo, R1, R2 até R8.

Um dos eixos do questionário aplicado visou identificar se os residentes já sofreram algum tipo de violência em função das suas características sociodemográficas, tendo os resultados resumidos na Tabela 2.

Tabela 2 Percepção de discriminação em função de características sociodemográficas

Alguém da Residência Universitária já te discriminou em função da/do sua/seu...	Sim	Não
...cor, raça e/ou etnia?	6%	94%
...idade?	7,5%	92,5%
...condição socioeconômica?	16,4%	83,6%
...sexo, identidade de gênero ou orientação sexual?	19,4%	80,6%
...crença religiosa ou ausência dela?	20,9%	79,1%
...aparência física?	28,4%	71,6%
...curso de graduação?	31,3%	68,7%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

O estudo sobre a violência envolve a percepção do preconceito e da discriminação porque, assim como argumentam Bandeira e Batista (2002), o preconceito, usualmente incorporado e acreditado, é a mola central da discriminação e da exclusão que levam, conseqüentemente, à violência. Assim, como é possível notar na Tabela 2, todos os aspectos sociodemográficos pesquisados e que caracterizam as diferenças entre os residentes já foram alvo de discriminação.

Quanto à cor, raça e/ou etnia, à idade e ao sexo, identidade de gênero e/ou orientação sexual, 6%, 7,5% e 19,4% dos participantes, respectivamente, responderam já ter sofrido discriminação. O racismo, ageísmo/etarismo e sexismo são preconceitos baseados em estereótipos e comumente estão associados a outras formas de violência, gerando inúmeras conseqüências às vítimas (Butler, 1980; Marinho, 2022; Palmore, 2004; Torres, 2017).

Torres (2017) soma aos conceitos de racismo, sexismo e ageísmo/etarismo o conceito de aspectismo, que é uma forma de discriminação que se baseia na aparência física de uma pessoa, abrangendo características como cor da pele, peso, altura e traços faciais. O aspectismo reforça estereótipos e preconceitos que restringem as oportunidades e impedem o tratamento justo das pessoas, baseando-se exclusivamente em sua aparência. Essa discriminação pode ter conseqüências profundas na vida dos indivíduos, impactando negativamente sua autoestima, oportunidades de emprego, relações interpessoais e saúde mental. O aspectismo, ao valorizar apenas determinados padrões estéticos, marginaliza aqueles que não se encaixam nesses moldes e perpetua uma cultura de exclusão. O aspectismo

é também nomeado de discriminação estética (Moreira *et al.*, 2023). Diante disso e com base na percepção dos residentes, 28,4% deles mencionaram que já sofreram aspectismo, conforme se observa na Tabela 2.

Ainda no que concerne à discriminação estética e aspectismo, é importante mencionar a violência estética, visto que 14,9% dos participantes relataram ter sofrido esse tipo de violência ao serem incluídos em rankings de beleza e/ou sexuais, o que demonstra que o aspectismo se manifesta de diversas formas. Nesse sentido, a violência baseada em padrões estéticos é complexa, visto que, assim como Marques (2002) argumenta, o conceito de beleza é variável e depende das tendências culturais e sociais de cada época, sendo influenciada pela criação de mitos que formam um conjunto de crenças que moldam a percepção do que é considerado belo.

Violências são muito comuns nesse ambiente [...] sobre a sua forma de se vestir, o seu cabelo, a sua cor [...]. (R7)

Dessa forma, para Ribeiro e Obregón (2018), a crescente ênfase na aparência resulta na imposição de padrões específicos de beleza, que são amplamente valorizados e considerados como os únicos parâmetros estéticos aceitáveis, gerando formas de preconceito e discriminação. Essa abordagem limitada da beleza exclui uma vasta gama de expressões físicas e pode levar à pressão para se conformar a ideais muitas vezes inatingíveis, causando impactos negativos no bem-estar das pessoas. Dessa forma, ao considerar a diversidade estética que envolve a comunidade de residentes, esse tema deve ser amplamente difundido com vistas a desconstruir os preconceitos que envolvem a aparência física das pessoas.

Os estudantes também foram questionados se já haviam sofrido discriminação em razão de sua condição socioeconômica e, conforme consta na Tabela 2, 16,4% dos residentes afirmaram ter sofrido essa discriminação. Esse dado corrobora com outros estudos que identificam a presença de discriminação em função da condição socioeconômica dos universitários (Rodrigues; Ramos, 2022; Valério *et al.*, 2021; Zunino *et al.*, 2016). Rothman (2016) afirma que muitas das vantagens e benefícios no mundo moderno são definidos pela posição que o indivíduo ocupa na estrutura social e um dos determinantes para isso é a classe social. Apesar das políticas afirmativas e de inclusão social implementadas no Brasil, muitas delas no contexto educacional, os efeitos dessas desigualdades são persistentes, como a discriminação entre seus pares. Esses grupos continuam a enfrentar barreiras significativas à

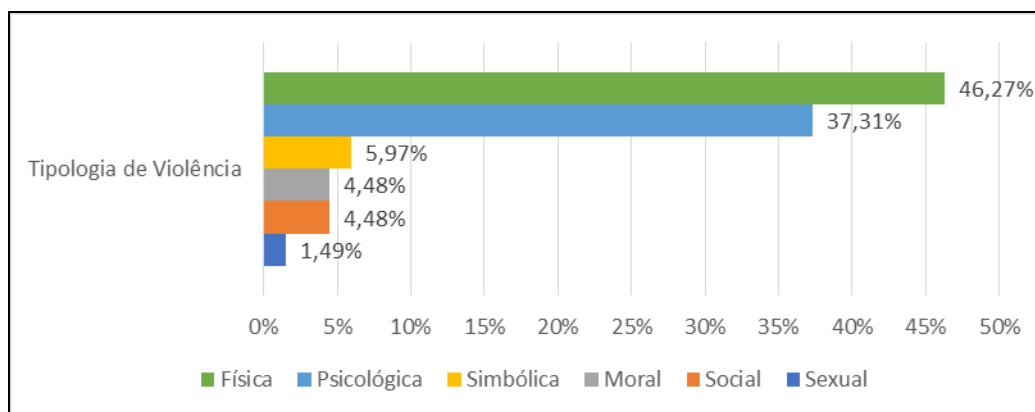
mobilidade social, com impactos negativos em suas trajetórias educacionais e profissionais, como observado por Soares, Alves e Fonseca (2021).

Sofri violência também por conta do curso que eu fazia, só depois eu fui cair a ficha. (R4)

Um último dado que envolve as características sociodemográficas diz respeito à discriminação em função do curso ao qual o residente está matriculado, revelando que 31,3% deles já sofreram discriminação. Apesar de cada profissão apresentar sua importância social e que a escolha deve ser pautada, principalmente, pelo interesse do estudante, Patrocínio (2013) constatou que existe uma hierarquia entre cursos de formação profissional percebida pelos estudantes no campo simbólico e a maneira como se sentem pertencentes a grupos de alto ou baixo prestígio pode resultar na discriminação e violência.

Para atender ao objetivo principal da pesquisa, era necessário identificar qual a concepção dos residentes sobre violência, os quais foram questionados “para você, o que é violência?”. As respostas foram categorizadas em tipologias, considerando o conteúdo predominante na resposta apontada pelo participante. Os resultados estão contidos na Figura 1.

Figura 1 Tipologia de violência baseada na conceituação do residente



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Como é possível observar na Figura 1, os estudantes conceituam a violência como sendo, predominantemente, de afetação física, seguida do traço psicológico. Mencionam também o caráter simbólico, moral, social e sexual que envolve o conceito de violência.

A violência, ela pode ser física, ela pode ser verbal, ela pode ser moral, ela pode ser excludente, no sentido xenofóbico, no sentido político. Então, a violência, para mim, ela é num sentido amplo, são males de comportamento

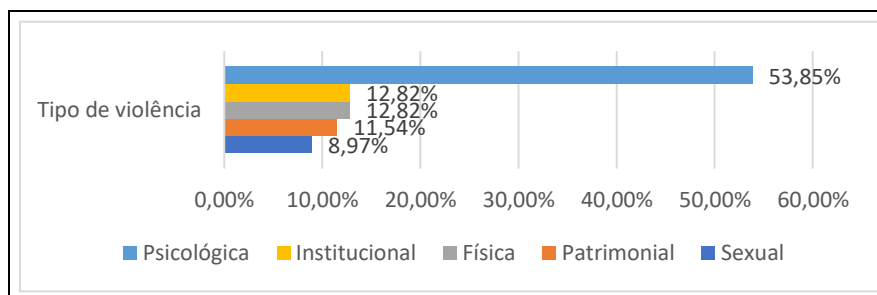
no ser humano, no sentido do que concerne às relações, a convivência entre as pessoas. (R4)

O conceito que eu tenho, que eu imagino, é mais não no sentido de violência física, é mais no sentido de violência emocional, violência psicológica. Aquela coisa das micro agressões, da convivência. (R1)

Segundo Silva (2022), a violência não se resume apenas a agressões físicas, podendo ser dividida em várias categorias: patrimonial, moral, sexual, psicológica e física. A violência física refere-se a qualquer ato que ofenda a integridade ou saúde corporal. A violência patrimonial é qualquer ação que envolva retenção, subtração ou destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos. A violência moral é caracterizada por condutas que resultem em calúnia, difamação ou injúria. Violência sexual refere-se a qualquer ato que force a vítima a presenciar, manter ou participar de relação sexual indesejada, seja por intimidação, ameaça, coação ou uso da força. A violência psicológica engloba qualquer comportamento que cause danos emocionais, diminuição da autoestima, prejudique o pleno desenvolvimento da vítima ou busque controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Soma-se a essa classificação, a violência institucional, que, segundo Ribeiro (2011), é qualquer tipo de violência exercida no âmbito da instituição pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, praticadas contra pessoas, reproduzindo as injustiças oriundas das estruturas sociais por intermédio de suas normas, regras, relações burocráticas e políticas, incorporando a violência interpessoal.

Os residentes foram questionados se já presenciaram alguma situação de violência no interior das residências universitárias da UFCG e 70,1% (n = 47) mencionaram que já haviam presenciado alguma situação de violência nesse ambiente. Para estes, foi questionado qual o tipo de violência havia presenciado, entre violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e/ou institucional. As respostas a esta pergunta estão contidas na Figura 2.

Figura 2 Formas de violência observadas na Residência Universitária da UFCG



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Como é possível notar na Figura 2, o tipo de violência mais observado pelos residentes é a violência psicológica, mencionado por 53,85% dos participantes. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que, na percepção dos residentes, todas as outras formas de violência estão presentes no contexto das residências da UFCG.

Também foi questionado se os residentes já sofreram e se já praticaram algum desses tipos de violência. O resultado aponta que 37,3% (n = 25) dos participantes já sofreram algum tipo de violência e, destas experiências, 83,9% das situações foram praticadas por outro residente e 9,7% por técnicos-administrativos. No que se refere à prática de violência, 4,5% (n = 3) assumem que já praticaram algum tipo de violência na residência universitária da UFCG.

Ao confrontar essas informações, nota-se que o residente, ao mesmo tempo em que é visto como o principal agente causador da violência, não reconhece ser esse agente ativo nas situações de violência. Sobre esse dado, Minayo (2020) reflete que a violência também reside em cada sujeito, apesar de, frequentemente, ser uma característica atribuída apenas ao outro. Ao tomar como exemplo a violência psicológica, isso pode ser explicado por que o agressor não possui reconhecimento sobre as emoções e sentimentos da vítima (Monteiro, 2012) e/ou por outras questões, como naturalizar esse tipo de violência e não reconhecer que é um sujeito violento.

Ao considerar os dados das entrevistas, metade deles (n = 4) mencionaram que nunca sofreram violência nesse espaço. Por outro lado, a outra metade relatou sobre os vários tipos de violência que já sofreram.

Eu nunca sofri violência lá dentro, né? Na localização, como se diz, da residência. Mas já tive problemas com pessoas de lá, de ser mais na forma virtual. R1

Psicológica sim, eu fui ameaçado, inclusive de morte... Ah, pode ser também do pessoal que trata da gente, sabe? Da CLAE. A gente também é um pouco agredido por esse pessoal, eles não são muito sensíveis. R3

Os resultados da pesquisa corroboram com os estudos de Jesus (2019) e Maito, Panúncio-Pinto e Vieira (2022). Em sua pesquisa, Jesus (2019) aponta que, apesar de serem pontuais, as situações de violência repercutem na relação entre os moradores e acarretava manifestações de sofrimento psíquico, colocando em risco o desempenho acadêmico e a permanência na universidade e na moradia. Nesta pesquisa, ressalta-se também a violência cometida por servidores, seja por ação ou omissão, o que também repercute na relação entre a CLAE e os residentes.

Para mapear as diversas situações de violência no ambiente das residências da UFCG, os participantes foram questionados com perguntas que apresentavam potenciais situações de violência e foi solicitado que manifestassem a sua ocorrência, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 Situações de violência vivenciadas pelos residentes Universitários da UFCG

Situação de violência	Sim	Não
Você já deixou de se expressar alguma vez por ter sido constrangida(o) ao manifestar opiniões na Residência?	40,3%	59,7%
Alguém da Residência espalhou <i>fake news</i> sobre você e/ou outro residente?	38,8%	61,2%
Alguém da Residência se comunicou com você por meio de WhatsApp, telefonemas, SMS, cartas, e-mails ou outro meio, que você considerou invasiva?	28,4%	71,6%
Alguém da Residência ameaçou bater em você, com gestos ou palavras agressivas?	22,4%	77,6%
Alguém da Residência entrou sem a sua permissão e sem a permissão de outro colega do quarto e fez algo para saber que esteve lá (subtraiu algo, mexeu na mobília, depredou o patrimônio pessoal ou da instituição, entre outros)?	17,9%	82,1%
Alguém da Residência tentou te coagir para obter qualquer tipo de vantagem pessoal (financeira, sexual, acadêmica, entre outras)?	17,9%	82,1%
Alguém da Residência gritou com você para forçar a fazer algo que não queria?	16,4%	83,6%
Você teve contato com material sexual/sexista de algum residente exposto ou distribuído por outros residentes?	13,4%	86,6%
Alguém da Residência ameaçou danificar alguma coisa sua?	11,9%	88,1%
Ouviu, no âmbito da Residência, comentários de natureza sexual por parte de algum servidor da instituição (professor, técnico ou terceirizado)?	11,9%	88,1%
Alguém da Residência insistiu em te chamar para sair, fazer sexo ou estabelecer uma relação afetiva mesmo depois de você ter dito não?	10,4%	89,6%
Algum servidor da instituição lhe impediu de exercer seu direito de defesa, caso tenha cometido alguma infração disciplinar?	7,5%	92,5%
Algum servidor da instituição lhe impediu de utilizar plenamente as dependências da Residência?	7,5%	92,5%
Alguém da Residência deixou “presentes” ou outros itens indesejados em troca de alguma vantagem pessoal?	6%	94%
Alguém da Residência ameaçou se machucar em frente a alguma recusa sua?	4,5%	95,5%
Alguém da Residência lhe perseguiu em lugares como sua casa (na cidade natal), local de trabalho ou estágio, festas, bares, quando você não queria que estivesse lá?	4,5%	95,5%
Alguém da Residência manteve você trancada(o) em algum lugar (apartamento, cozinha, banheiro, por fora do seu quarto)?	3%	97%
Alguém da Residência te bateu com algum objeto ou jogou algum objeto contra você?	3%	97%
Alguém da Residência te deu tapas, apertões, chutes, puxões de cabelo ou empurrões?	3%	97%
Alguém da Residência rasgou suas roupas, contra sua vontade?	-	100%
Alguém da Residência tapou sua boca impedindo você de falar ou gritar?	-	100%
Alguém da Residência te amarrou ou tentou imobilizá-la(o)?	-	100%
Alguém da Residência usou alguma substância ou fogo para queimá-la(o)?	-	100%
Alguém da Residência usou arma de fogo, faca ou outro tipo de instrumento lesivo contra você?	-	100%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Conforme é possível observar na Tabela 3, várias situações de violência foram vivenciadas pelos residentes universitários, especialmente as que envolvem violência

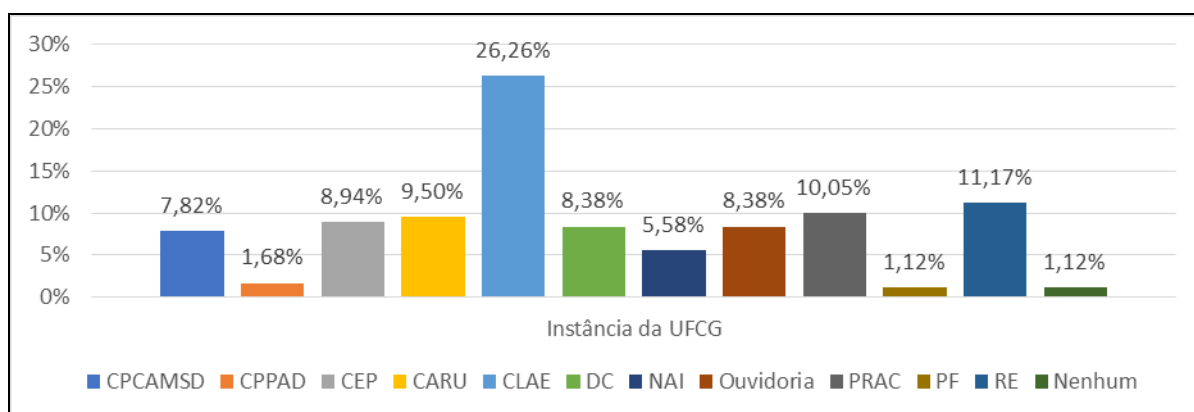
psicológica, sexual e patrimonial. Os dados apontam ainda que as situações que envolvem violência física não são frequentes na vivência dos residentes universitários da UFCG.

É importante mencionar que as Residências Universitárias da UFCG possuem um Regimento Geral (UFCG, 2023) que regulamenta o funcionamento do Programa e a conduta dos residentes no âmbito da moradia estudantil. Nele, são expressos, entre outros itens, os deveres dos residentes e o regime disciplinar, que prevê a aplicação de penalidades em caso de infrações disciplinares. O documento expressa a proibição de qualquer tipo de violência no âmbito da residência e, caso haja essa infração, o estudante pode ser penalizado com admoestação verbal, advertência escrita ou exclusão do programa a partir da avaliação de uma comissão disciplinar. Isso pode ser um fator atenuante da violência nas residências universitárias da UFCG, mas não garante a ausência de situações de violência, como foi apontado.

Sendo assim, os residentes foram questionados sobre quais instâncias institucionais são responsáveis por gerenciar casos de violência na instituição, sendo apresentadas as seguintes opções: Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Assédio Sexual e todas as formas de Discriminação (CPCAMSD), Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Conselho Administrativo das Residências Universitárias (CARU), Coordenação Local de Assistência Estudantil (CLAE), Direção de Centro (DC), Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Ouvidoria, Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), Procuradoria Federal (PF) e Representações Estudantis (RE). Os participantes poderiam assinalar quantas opções desejassem e os resultados estão contidos na Figura 3.

Como é possível notar na Figura 3, a CLAE foi a instância mais citada pelos residentes, com 26,26% das respostas, sendo reconhecida como a principal pelo manejo das situações de violência nas residências. A CLAE é o setor responsável pela implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), logo, pela gestão do Programa Residência Universitária e da moradia estudantil. Assim, os resultados da pergunta demonstram que os estudantes possuem conhecimento sobre as atribuições desse setor e a sua responsabilidade frente às situações de violência.

Figura 3 Instâncias da UFCG responsáveis pelo gerenciamento de situações de violência



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Nas entrevistas, a CLAE também foi citada. Porém, mais uma vez, nota-se uma relação tensionada entre servidores que compõem esse setor e os residentes.

Sim, essa ajuda eu procurei na CLAE, daí que vem essa agressão, né? [...] porque eles não são sensíveis para lidar com isso, então eu preciso de uma equipe também preparada para isso. (E3)

Foram agressões psicológicas e que a CLAE não estava preparada para a situação, o que gerou mais uma violência a partir da assistência social. (R5)

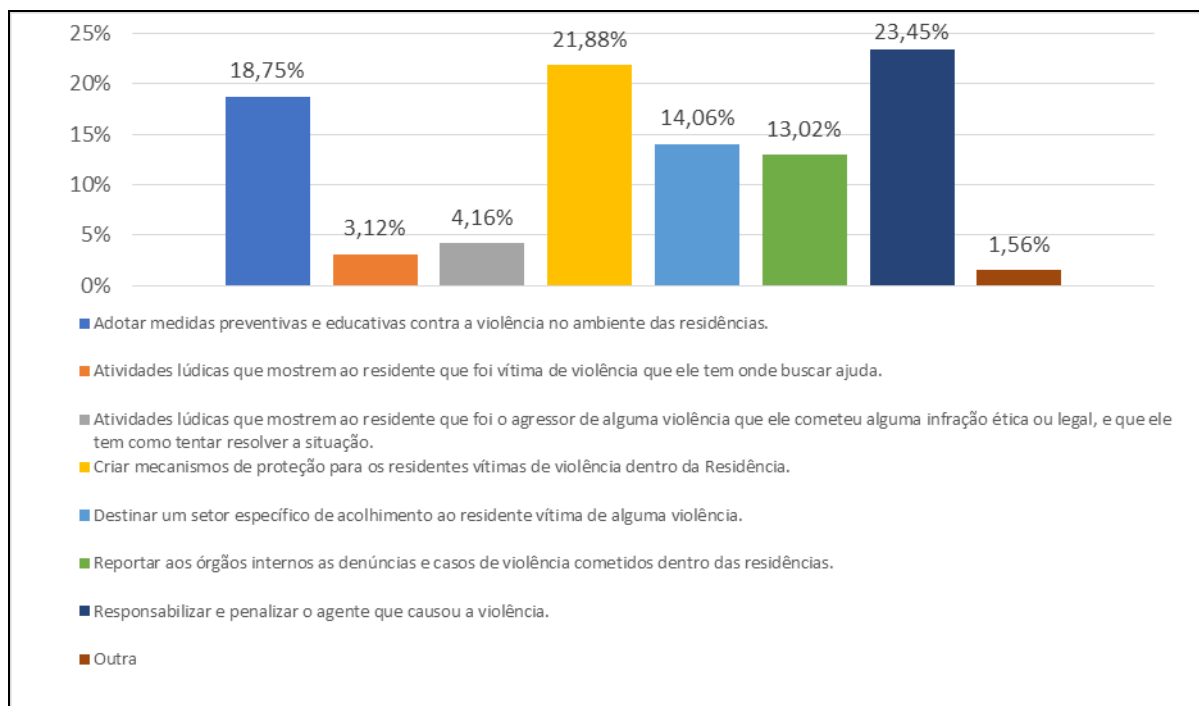
Ao confrontar os dados do questionário e da entrevista, é possível verificar que, ao mesmo tempo em que a CLAE é reconhecida como a principal instância para resolução de situações de violência na residência, ela também é geradora de violência institucional na percepção de alguns residentes. Isso indica a necessidade de mais estudos que abordem as relações entre profissionais e estudantes, sobretudo nas relações de tensão e resistência entre eles, assim como asseveram Martins, Machado e Furlanetto (2016).

A última pergunta deste levantamento versou sobre estratégias que os residentes consideraram eficazes para minimizar a violência nas residências universitárias da UFCG. Os resultados constam na Figura 4.

Em 23,45% das respostas dadas a essa pergunta, a estratégia mais eficaz é “responsabilizar e penalizar o agente que causou a violência”. Na esfera da residência, como mencionado, existem normas que regulam a convivência e proíbem qualquer forma de violência, assim, a penalização do agente causador da violência está prevista no Regimento Geral das Residências Universitárias da UFCG (UFCG, 2023). Soma-se a isso outros documentos que norteiam a conduta na instituição, como o Regimento Geral da UFCG (UFCG, 2005) e a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a

Todas as Formas de Discriminação (UFCG, 2022). Caso a situação de violência envolva a esfera extra institucional, faz-se necessário o suporte da instituição para a condução adequada à resolução da lide. Essa discussão coaduna com a segunda resposta mais frequente, que foi “criar mecanismos de proteção para os residentes vítimas de violência dentro da Residência”, representando 21,88% das respostas.

Figura 4 Estratégias para minimizar situações de violência na Residência Universitária da UFCG



Fonte: dados da pesquisa (2024).

A adoção de medidas preventivas e educativas contra a violência no ambiente das residências representou 18,75% das respostas. Olvera e Gutiérrez (2020, p. 330) escrevem que “devem surgir propostas orientadas à prevenção, demonstrando que é melhor prevenir as condutas antissociais do que as corrigir” e essa estratégia tem sido apontada por vários estudiosos que pesquisam sobre violência (SOUZA *et al.*, 2021; SOUZA; ROSO; SOUZA, 2022).

Nos dados das entrevistas, destacaram-se estratégias que envolvem o diálogo e a participação adequada das equipes de assistência estudantil.

É fundamental uma razão comunicativa, o diálogo, um debate, para tentar resolver com coerência. R2

Diálogo em conjunto com todo mundo, sem distinção de ninguém. R6

Educação. [...] a gente precisa trabalhar, por exemplo, roda de debate, roda de conversa e outras reuniões. R4

A gente tem que resolver um problema com [o psicólogo], mas se a gente quiser o atendimento psicológico, é com [o psicólogo] também, sabe? Aí fica aquela coisa como se fosse um conflito de interesse. [...] Deveria ter uma separação disso. R1

[...] E também eles estarem mais presentes, a CLAE está mais presente na residência, vir com mais frequência para ouvir o que a gente realmente tá necessitando ali. R5

As respostas sugerem um consenso sobre a necessidade de uma abordagem multifacetada para lidar com a violência nas residências, que podem incluir medidas preventivas, acolhimento das vítimas, responsabilização dos agressores, atividades educativas e o desenvolvimento de habilidades sociais, como a comunicação não violenta e a assertividade.

5 CONCLUSÃO

A violência no ambiente universitário é um fenômeno atual e, diante da sua complexidade, é importante compreender suas nuances. Assim, este artigo teve o objetivo de verificar a percepção dos estudantes sobre a violência nas residências universitárias da UFCG, identificando tipos de violência e estratégias de mitigação.

Os dados coletados no questionário demonstram uma realidade marcada por discriminação inerente às características sociodemográficas, refletindo as desigualdades sociais que permeiam a sociedade brasileira. Além disso, várias situações de violência são relatadas pelos residentes, incluindo violência psicológica, sexual, patrimonial, institucional e física.

No que diz respeito às instâncias institucionais responsáveis pelo gerenciamento das situações de violência, a Coordenação Local de Assistência Estudantil (CLAE) é reconhecida pela comunidade como a principal. Porém, muitas outras são corresponsáveis pela mitigação da violência no contexto das residências universitárias, sendo importante um trabalho de comunicação institucional acerca do papel dessas instâncias na promoção de um ambiente seguro e não violento. Além disso, a pesquisa indica que a própria equipe da CLAE também produz violências, o que gera tensão e resistências na relação.

Quanto às formas de mitigação da violência, os residentes apontam que a responsabilização e penalização do agente causador da violência é a forma mais eficaz de

combater à violência nesse ambiente. No mesmo sentido, sinalizam as ações de prevenção e educação como eficazes para a redução desse fenômeno. A existência de experiências negativas em função da violência, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, reforça a urgência de se implementar políticas públicas eficazes para a prevenção da violência e a promoção de um ambiente universitário seguro e acolhedor. Ademais, é necessário reforçar que a responsabilidade pela mudança deve ser compartilhada entre todos os atores da comunidade acadêmica, incluindo os próprios estudantes, com um compromisso coletivo em promover a inclusão, o respeito e a solidariedade.

Os dados fornecidos por essa pesquisa corroboram com os estudos de Jesus (2019), Maito, Panúncio-Pinto e Vieira (2022), Rodrigues e Ramos (2022), Souza *et al.* (2021) e Souza, Roso e Souza (2022). Isso reforça que a discriminação e a violência interpessoal são vivências que afetam a qualidade de vida nas universidades, sobretudo nas residências universitárias da UFCG, e o desempenho dos estudantes nos aspectos acadêmicos e sociais.

Apesar de a pesquisa revelar a existência das múltiplas formas de violência nas residências universitárias da UFCG, os dados apontam que a frequência e a quantidade de pessoas que se percebem violentadas são baixas, o que corrobora com a pesquisa de Jesus (2019). É importante destacar isso para que não se perpetue o estigma que comumente é associado às moradias estudantes (JESUS, 2019).

Ao mesmo tempo, é necessário frisar que a moradia estudantil é um espaço educativo e viver em residências universitárias também pode educar para a construção coletiva, a luta organizada e para o confronto contra as desigualdades sociais (RODRIGUES; RAMOS, 2022), tornando-se espaço de formação política e desenvolvimento de habilidades sociais (JESUS, 2019).

Esta pesquisa possui limitações no que concerne à generalização dos resultados, já que se trata de um estudo de caso, logo, os resultados não podem ser considerados para todas as residências universitárias do país. Por outro lado, os dados se somam aos resultados de Jesus (2019) e Rodrigues e Ramos (2022), o que contribui para ampliar o conhecimento sobre o tema. Outra limitação diz respeito à quantidade de participantes, especialmente na etapa de entrevistas, o que limita a análise da percepção de toda a comunidade de residentes.

Futuras pesquisas podem contribuir para superar essas limitações, a partir de uma agenda que envolva: estudos de métodos mistos; pesquisas que adotem entrevistas sobre as vivências dos moradores das residências universitárias, não se limitando apenas ao tema

violência; pesquisas de revisão sistemática da literatura sobre violência nas residências universitárias; estudos com amostra ampliada, envolvendo todas as residências universitárias do país.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressão da violência. **Estudos Feministas**, v. 10, p. 119-141, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUTLER, R. **Idadismo**: um prefácio. *Jornal de Questões Sociais*, Washington, dc, v. 36, n. 2, p. 8-11, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, 2009.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. **World report on violence and health**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002. 360f. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9241545615>. Acesso em: 29 set. 2024.

JESUS, L. O. **Experiências de viver em moradia universitária**: condições psicossociais de residentes. Tese (Doutorado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2019. 124f.

MAITO, D. C.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; VIEIRA, E. M. Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. **Interface**, Botucatu, v. 26, p. 1-18, 2022. <https://doi.org/10.1590/interface.220105>

MARINHO, P. M. C. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. **Sociedade & Estado**, v. 37, n. 2, p. 489-510, 2022. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020005>

MARQUES, C. **O contrato de trabalho e a discriminação estética**. São Paulo: LTr, 2002.

MARTINS, A. M. M.; MACHADO, C.; FURLANETTO, E. C. Mediação de conflitos em escolas: entre normas e percepções docentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 161, p. 566-92, 2016. <https://doi.org/10.1590/198053143798>

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000300006>

MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R.; SILVA, M. M.; ASSIS, S. G. Institucionalizando o tema da violência no Sistema Único de Saúde: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2007-2016, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04962018>

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (org.). **Impactos da Violência na Saúde**. 4 ed. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 19-42.

MONTEIRO, F. S. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. Monografia (Graduação em Psicologia), Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF. 2012. 62f.

MOREIRA, A. J.; MARTINELLI, G. D.; BENTO, H. A.; PALMIERI, R. P. Discriminação Estética. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1934-1959, 2023. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/78114>

OLVERA, A. C.; GUTIÉRREZ, J. A. L. Política educacional, violência e convivência escolar: a experiência em duas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 314-334, 2020.

PALMORE, E. B. Research Note: Ageism in Canada and the United States. **Journal of Cross-Cultural Gerontology**, New York, n. 19, p. 41-46, 2004. <https://doi.org/10.1023/B:JCCG.0000015098.62691.ab>

PATROCÍNIO, L. B. **A hierarquia bacharelado/licenciatura em diferentes áreas do conhecimento**: uma análise da UFMG. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 2013. 141f.

PORTO, M. S. G. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, 2015, p. 19-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100003>

RIBEIRO, A. M. Violência Institucional: vivência no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 1, p. 84-90, 2011.

RIBEIRO, K. B.; OBREGÓN, M. F. Q. A valorização da aparência física no Brasil e a discriminação estética na relação de emprego como óbice ao trabalho decente previsto pela organização internacional do trabalho. **Derecho y Cambio Social**, p. 1-20, 2018.

RODRIGUES, E. S. S.; RAMOS, B. S. S. Adentrando uma moradia estudantil feminina: opressão e desumanização no contexto de estudantes pobres. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 9, p. 1-31, 2022. <https://doi.org/10.20396/riesup.v9i00.8665690>

ROTHMAN, Robert A. **Inequality and Stratification: Race, Class, and Gender**. New York: Routledge, 2016. 288 p.

SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M. A. P. Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 30, p. 149-166, 2008. <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i30.1768>

SILVA, K. D. **Impactos e consequências da violência doméstica no desenvolvimento psíquico e social da criança**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Goiás, Uruaçu, GO. 2022. 25f.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.; FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-21, 2021. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0167>

SOUZA, V. M. P.; LAROCCA, L. M.; CHAVES, M. M. N.; FIALLA, M. R. P. M.; DURAND, M. K.; LOURENÇO, R. G. Violência de gênero no espaço universitário. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 26, p. 1-11, 2021. <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689>

SOUZA, J. G.; ROSO, A. R.; SOUZA, A. F. Violência contra mulheres na universidade: um estudo sobre as produções científicas latino-americanas. **Revista Ártemis**, v. 33, n. 1, 2022.

TORRES, A. **Aspectismo**: discriminação baseada na aparência física. Portal de Psicologia e Mente. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE [UFCG]. Reitoria. Portaria nº 45, de 04 de maio de 2023. **Regulamenta o Programa de Residência Universitária da Assistência Estudantil e o seu Regimento Geral no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e dá outras providências**. Campina Grande: Boletim de Serviço, n. 27, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE [UFCG]. **Regimento Geral da Universidade Federal de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Universitária, 2005. 85f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE [UFCG]. Colegiado Pleno. Resolução nº 03, de 23 de março de 2022. **Aprova Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a Todas as Formas de Discriminação no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e dá outras providências**. Campina Grande: Colegiado Pleno, 2022.

VALÉRIO, A. C. O.; BEZERRA, W. C.; SANTOS, V. S.; LEITE JUNIOR, J. D.; FARIAS, M. N.; SANTOS, S. M. B. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. 1-19, 2021. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2278>

WORLD HEALTH ASSEMBLY. 49. (1996). **Prevenção da violência**: prioridade de saúde pública. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/179463>. Acesso em: 23 set. 2024.

ZUNINO, L. M. R.; BASTOS, J. L. D.; COELHO, I. Z.; MASSIGNAM, F. M. A. Discriminação No Ambiente Universitário: quem, onde e por quê? **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 13-30, 2016.